



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
IX CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA - 2ª ETAPA **Cuiabá – Mato Grosso** **21 de novembro de 2004**

01. A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
02. Não será permitida nenhuma forma de consulta.
03. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões faz parte da prova.
04. Confira se o seu caderno de prova contém todas as questões numeradas de 01 a 50. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
05. Ao terminar a prova, devolva o cartão de respostas preenchido. **Não destaque a ficha de identificação.**
06. Preencher o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. Não rasure nenhuma questão. Não utilizar corretor.
07. Não escreva nada no cartão de respostas, além dos dados solicitados. Qualquer anotação feita no mesmo torna-lo-á nulo.
08. O candidato poderá levar o caderno de questões **após decorridas 03 (três) horas.**
09. Atente para o tempo de preenchimento do cartão de respostas, pois, após a duração de 04 (quatro) horas os mesmos serão recolhidos.
10. O gabarito relativo à primeira prova escrita será divulgado logo após a sessão pública de divulgação do resultado, o qual será afixado na portaria principal do prédio do TRT da 23ª Região e disponibilizado via Internet no endereço eletrônico www.trt23.gov.br.
11. A sessão pública de divulgação do resultado ocorrerá no dia 23/11/2004, às 18h, na sede do TRT da 23ª Região.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, exceto:

- a) licença paternidade, nos termos fixados em lei;
- b) repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos;
- c) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;
- d) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- e) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

2) A Constituição Federal em seu art. 5º, inciso XIII, diz “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Na dicção do texto constitucional, temos que se trata de:

- a) norma de eficácia plena;
- b) norma de eficácia limitada;
- c) normas com eficácia relativa dependente de complementação legislativa;
- d) normas de eficácia mediata;
- e) normas de eficácia contida.

3) É da competência exclusiva do Congresso Nacional, exceto:

- a) autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;
- b) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;
- c) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;
- d) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
- e) aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

4) A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- a) soberania nacional e livre concorrência;
- b) função social da propriedade e eliminação da concorrência;
- c) propriedade privada e dominação dos mercados;
- d) livre concorrência e incremento de política de incentivos as desigualdades regionais e sociais;
- e) política de mitigação de pleno emprego e tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte .

5) A propósito dos territórios federais é correto afirmar:

- a) não são componentes do Estado Federal, pois constituem simples descentralizações administrativas-territoriais da própria União;
- b) a sua transformação em Estado-membro depende de Emenda Constitucional aprovado pelo Congresso Nacional por maioria absoluta;
- c) a sua competência corresponde à prevista para os Estados e para os Municípios por força de dispositivo constitucional;
- d) a sua competência fica reduzida a sua auto-organização e auto-administração;
- e) aos seus servidores são aplicadas as normas estatutárias de seu Estado-membro de origem.

6) O texto constitucional destina capítulo próprio para adoção da política agrícola e fundiária e da reforma agrária. Sobre o tema é incorreto afirmar:

- a) é de competência tão somente da União a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária;
- b) a média propriedade rural, assim definida em lei, é suscetível de desapropriação para fins de reforma agrária, mesmo que seu proprietário não possua outra;
- c) um dos requisitos exigidos para cumprimento da função social da propriedade é a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- d) a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física e jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.
- e) os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

7) Assinale V (Verdadeira) ou F (falsa) ao lado de cada alternativa abaixo e marque a alternativa correta:

- () a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, de preferência mediante programas executados no recesso do lar, garantindo-se, ainda, o benefício de um salário mínimo mensal ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por família, conforme dispuser a lei;
- () a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal e pelos demais tribunais superiores, na forma da lei;
- () o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de dezessete Ministros, togados e vitalícios, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Congresso Nacional, dos quais onze escolhidos dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, integrantes da carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho;
- () o Ministro de Estado da Defesa será escolhido dentre brasileiros natos maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos;
- () compete privativamente à Câmara dos Deputados, autorizar por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

- a) V - V - V - F - F
- b) V - F - V - F - F
- c) F - V - F - F - V
- d) F - F - V - F - F
- e) V - F - F - V - V

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

8) Dentre as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I – o fornecimento de vestuário pelo empregador ao empregado não caracteriza salário-utilidade quando para suprir necessidade da empresa. Contudo, terá color salarial quando o vestuário traduzir exclusiva benesse ao empregado;

II – via de regra, o empregado não pode sofrer penhora de seu salário para pagamento de dívidas ou empréstimos pessoais, salvo para pagamento de pensão alimentícia e penhora no rosto dos autos em ação trabalhista;

III – em caso de falência, o salário do empregado subsistirá integralmente e constituirá crédito privilegiado;

IV - a participação nos lucros não integra a remuneração do empregado, contudo quando concedida em periodicidade maior que a semestral e sem a encetada participação sindical, haverá violação legal e, nessas condições, diante da *fraus legis*, a participação passará a ter natureza remuneratória;

- a) são verdadeiras I, II e III;
- b) são verdadeiras II, III e IV;
- c) são verdadeiras I, III e IV;
- d) são verdadeiras II e IV;
- e) todas são verdadeiras.

9) Dentre as assertivas abaixo sobre Rescisão por Justa Causa, assinale a alternativa correta:

I - para configurar *abandono de emprego* basta a presença do elemento subjetivo, qual seja o *animus abandonandi* do empregado;

II - a embriaguez habitual ou em serviço são duas figuras distintas previstas no art. 482, *l*, da CLT. Conforme atual jurisprudência, a segunda (embriaguez em serviço) visa proteger o bom ambiente de trabalho e a primeira (embriaguez habitual), por se constituir *doença*, deve ser tratada não como punição, mas com proteção, declarando o ébrio como relativamente incapaz, a exemplo da postura adotada pelo novo Código Civil;

III - o ato de improbidade do obreiro pode se configurar tanto em relação ao empregador, quanto aos colegas de trabalho ou a clientes do empregador, desde que decorrente da execução do contrato de trabalho;;

IV - a indisciplina e a insubordinação são faltas graves análogas caracterizadas pelo descumprimento de ordem geral e impessoal da empresa;

V – a alínea “d” do art. 482, da CLT (condenação criminal transitada em julgado sem suspensão da execução da pena), não será aplicada nos casos de condenação criminal transitada em julgado com fixação de pena exclusivamente pecuniária;

- a) são verdadeiras I, II, III e V;
- b) são verdadeiras I, II, e IV;
- c) são verdadeiras II, III e V;
- d) são verdadeiras I, II e III;
- e) todas são verdadeiras;

10) Assinale a única questão incorreta sobre o Contrato Individual de Trabalho:

- a) o plano da nulidade retrata a desconformidade legal acerca dos elementos essenciais, enquanto o plano da eficácia incide sobre a produção dos efeitos jurídicos desejados pelas partes;
- b) exceto em relação à retirada de CTPS junto ao MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), os demais atos jurídicos prescindem da presença física (assistência) em relação ao empregado menor;
- c) em sendo o contrato de trabalho de trato sucessivo, a nulidade é sempre *ex-nunc*, exceto quando o seu objeto for ilícito;
- d) a partir da Emenda n. 20/98 passa a ser proibido o trabalho do menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, sendo que a inobservância dessa regra invalida o contrato, assegurando, porém, todos os direitos trabalhistas ao menor;
- e) a inobservância das formalidades *ad solemnitatem* inquinam o contrato de trabalho, enquanto as formalidades *ad probationem tantum* implicam apenas multa administrativa;

11) Sobre o trabalho temporário, de que cogita a Lei nº 6019/74, indique a incorreta:

- a) é o prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços;
- b) é possível de ser realizado tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços;
- c) a Lei 9601/98 não revogou a Lei 6019/74, a despeito de ambas regulamentarem espécies de contrato temporário;
- d) apesar da Lei 6019/74 mencionar “responsabilidade solidária”, na verdade é subsidiária a responsabilidade da tomadora de serviços em face dos direitos trabalhistas do trabalhador temporário, vez que condicionada à hipótese de insolvência da empresa de trabalho temporário;
- e) é facultativa a adoção do regime do FGTS na relação de emprego de trabalho temporário.

12) Sobre a previsão legal do FGTS e do seguro-desemprego para empregados domésticos, é correto afirmar que:

- a) o FGTS é assegurado ao doméstico por decisão facultativa do empregador, mediante requerimento junto à Caixa Econômica Federal;
- b) caso o empregador inicie o pagamento do FGTS poderá, a qualquer momento, optar em retornar à situação anterior;
- c) somente aos domésticos não beneficiários do FGTS se estende o direito ao seguro-desemprego;
- d) dentre outros requisitos legais, o benefício do seguro-desemprego está condicionado à comprovação de trabalho durante pelo menos 18 meses nos últimos 24 meses;
- e) o valor do benefício do seguro-desemprego corresponde a um salário mínimo e será concedido por um período máximo de cinco meses;

13) A propósito do fenômeno da Reestruturação Produtiva nas organizações empresariais e suas relações com a vida da empresa e dos contratos de trabalho, é correto afirmar:

- a) como fenômeno econômico e social, a empresa vem sendo identificada a partir de uma definição causal, ou seja, sem revelar qualquer conflito implícito entre capital e trabalho. A empresa não ordena ou organiza o trabalho, mas apenas coordena o trabalho e o capital, para obter os fins deste.
- b) a imagem e a marca empresarial na economia globalizada são reconhecidas, atualmente, de forma dissimulada e sem ostentação. A nova realidade social do trabalho e da empresa, e suas complexidades, tornaram o poder menos visível, justamente porque se embasa em forte relação de hierarquia presencial.
- c) as noções de excelência e de qualidade introduzidas pela Ciência da Administração de Empresas são frutos de um sistema capitalista altamente competitivo. Estão ligadas quase que exclusivamente ao conceito de eficácia, com vistas a obter eficiência econômica ainda que fomentando a precarização das relações laborais, o que resulta questionável postura ética.
- d) o Direito do Trabalho por não ter ainda percorrido os domínios da Ciência da Administração de Empresas, não incorporou em seu conjunto normativo os conceitos por ela elaborados, como os de qualidade e eficiência, nem tampouco vem flexibilizando as relações de trabalho;
- e) o paradigma da Reengenharia da Empresa visa valorizar o pleno emprego e combater o *downsizing*.

14 - Observando os enunciados abaixo, assinale a alternativa correta:

I - para que o empregado faça jus às comissões, é imprescindível que o empregador tenha obtido lucro com o negócio intermediado pelo empregado.

II - constitui-se verba remuneratória exclusivamente a contraprestação paga diretamente pelo empregador ao empregado em razão do trabalho prestado;

III - a cessação da relação de trabalho, ou a inexecução voluntária do negócio pelo empregador, poderá prejudicar a percepção das comissões e percentagens devidas ao empregado.

IV - conforme orientação jurisprudencial dominante do TST, as diárias para viagem quando pagas em valor superior a 50% do salário base mensal, integrarão o conjunto remuneratório do empregado para todos os efeitos legais;

V - é possível o estorno de comissão já paga ao empregado, quando o empregador verificar a insolvência do comprador

- a) apenas os enunciados IV e V estão corretos;
- b) apenas III, IV e V estão corretos;
- c) apenas os enunciados II e IV estão corretos;
- d) apenas os enunciados I, IV e V estão errados;
- e) os enunciados II, III e IV estão corretos.

15) Observando os enunciados abaixo, assinale a alternativa correta:

I - assédio moral ou *mobbing* é o terror psicológico deliberado pelo empregador ou superior hierárquico contra empregado subalterno, objetivando o seu constrangimento, prejuízo ou mesmo o seu induzimento à demissão do emprego;

II - gestão por injúria é a única modalidade de assédio moral regulamentada em lei, a qual pode ser entendida como os insultos e as pressões sobre os empregados, incidindo sobre a generalidade dos empregados, sem destinatário específico;

III – pode caracterizar assédio moral as seguintes práticas patronais reiteradas e injustificadas: - retirada da autonomia técnica do empregado; - contestar as decisões do empregado; - sobrecarregar o empregado com novas e imprevistas tarefas; - retirar o trabalho que normalmente competia àquele empregado; ignorar a presença do empregado, dirigindo-se apenas aos seus colegas de trabalho; determinar a feitura de tarefas humilhantes;

IV - assédio sexual é tipificado como crime e pode ser conceituado como a conduta reiterada do agente que tenciona favores sexuais, aproveitando-se de sua ascendência sobre a vítima que resiste de forma constrangedora, podendo ocorrer, ou não, no ambiente de trabalho;

- a) apenas II está incorreta;
- b) apenas III está incorreta;
- c) apenas IV está incorreta;
- d) apenas II e IV estão incorretas;
- e) todas estão corretas;

16) Assinale a alternativa correta:

- a) a estabilidade de que trata o art. 41 da CF, após a Emenda 19/98, estende-se às empresas públicas e sociedade de economia mista, conforme orientação do TST;
- b) a estabilidade constitucional do servidor público atinge apenas os estatutários e é adquirida após ultimar o estágio probatório, o qual era de 2 (dois) anos e doravante, a partir da Emenda n. 19/98, passou a ser de 3 (três) anos;
- c) as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas quanto aos direitos e obrigações civis e tributárias, exceto as trabalhistas;
- d) integrando a administração pública indireta do Estado, as sociedades de economia mista sujeitam-se aos princípios insculpidos no artigo 37, caput, da CF/1988, além de outros, não explícitos, mas permeados no texto constitucional. Por conseguinte, a rescisão contratual sem justa causa é nula, quando deixa de observar os princípios da impessoalidade e da motivação do ato administrativo, conforme ratifica o TST através de orientação jurisprudencial;
- e) a exigência constitucional de concurso público estende-se exclusivamente ao servidor público estatutário;

DIREITO ADMINISTRATIVO

17) Assinale V (Verdadeira) ou F (Falsa) ao lado de cada afirmativa abaixo e marque a alternativa correta:

- () os serviços públicos “uti singuli” são caracterizados como “pró-comunidade” ;
- () o Poder Executivo Federal poderá qualificar como agência executiva autarquias ou empresa pública que tenha em andamento um plano estratégico de reestruturação e desenvolvimento institucional e celebre com o Ministério supervisor um contrato de gestão;
- () a teoria dos motivos determinantes funda-se na consideração de que os atos administrativos, quando tiverem sua prática motivada, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos;
- () a polícia administrativa é regida pelos princípios jurídicos do Direito Administrativo e incide sobre bens, direitos ou atividades, caracterizando o desenvolvimento de sua atividade como preventiva, à medida que objetiva evitar a ocorrência do ilícito;
- () a teoria do acidente administrativo, também chamada de regaliana, fundamenta-se no princípio da igualdade dos ônus e encargos sociais.

- a) V – V – V – F - F
- b) F – F – V - V – F
- c) F – V – V – V – F
- d) F – F – F – V – V
- e) V – F – F – V - V

18) Entidades passíveis de qualificação como Agências Executivas:

- a) sociedade de economia mista e empresa pública;
- b) fundação e autarquia;
- c) fundação, sociedade de economia mista e autarquia;
- d) autarquia, empresa pública, sociedade de economia mistas e fundações;
- e) autarquia, fundação e empresa pública.

19) Quanto às entidades da Administração Pública Indireta, é correto afirmar:

- a) que a sociedade de economia mista subordina-se ao órgão respectivo da entidade matriz;
- b) que as fundações prestam-se, principalmente, à realização de atividades não lucrativas e atípicas do Poder Público, mas de interesse coletivo, como a educação, cultura e a pesquisa;
- c) que as autarquias possuem capacidade para legislar;
- d) que as empresas públicas gozam de imunidade tributária prevista constitucionalmente;
- e) que a sociedade de economia mista pode ser instituída sob qualquer das formas admitidas em direito.

20) Sobre a ação regressiva da Administração contra servidor da União causador direto do dano as afirmativas seguintes são falsas, exceto:

- a) a ação regressiva poderá ser instaurada mesmo após a cessação do exercício no cargo ou na função;
- b) é necessário que a Administração já tenha sido condenada a indenizar a vítima do dano sofrido, independentemente da culpa do funcionário;
- c) a ação regressiva não se transmite aos herdeiros e sucessores do servidor culpado;
- d) não há necessidade que a Administração tenha sido condenada a indenizar a vítima do dano sofrido, cabe somente comprovar que o funcionário é culpado pelo evento danoso;
- e) impõe seu ajuizamento pelo Procurador da República, dentro de 120 dias da data em que transitar em julgado a condenação imposta à Fazenda.

21) No exercício do controle financeiro externo, incumbe ao Tribunal de Contas da União verificar se a despesa realizada ocorreu de modo a atender a uma adequada relação custo-benefício, entre o seu valor e o respectivo resultado para a população. Este controle denomina-se:

- a) fidelidade funcional;
- b) cumprimento de metas;
- c) legitimidade;
- d) economicidade;
- e) legalidade.

DIREITO COMERCIAL

22) Na Lei das Sociedades por Ações, as ações preferenciais podem consistir:

- a) no direito de participar da assembléia dos debenturistas;
- b) no direito de participar do dividendo a ser distribuído, correspondente a, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro bruto;
- c) no direito de votar na eleição do Presidente da companhia;
- d) no direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, no máximo 10% (dez por cento) menor que o atribuído a cada ação ordinária;
- e) em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele.

23) A Sociedade Anônima :

- a) terá o capital dividido em ações e a responsabilidade do acionista será ilimitada;
- b) a companhia não pode ter por objeto a participação em outras sociedades;
- c) para sua formação o seu capital social somente poderá ser representado por moeda corrente do país;
- d) as sociedades anônimas de economia mista estão sujeitas à Lei das Sociedades Anônimas, sem prejuízo das disposições especiais de lei federal;
- e) pode ser adotada por cooperativas, dada a sua natureza civil.

24) A propósito da classificação dos títulos de crédito é correto afirmar:

- a) quanto ao modelo os títulos podem ser diretos ou indiretos;
- b) quanto à estrutura são denominados em complexos e compostos;
- c) quanto às hipóteses de emissão, os títulos podem ser causais, limitados e não causais;
- d) quanto à circulação os títulos somente podem ser nominativos à ordem e nominativos não à ordem;
- e) nenhuma das respostas anteriores.

25) Sobre os títulos de crédito é correto afirmar:

- a) o protesto da letra de câmbio dentro do prazo da lei é condição necessária para a cobrança contra o sacador, endossantes, aceitantes e seus respectivos avalistas;
- b) como se trata de uma promessa de pagamento, a letra de câmbio, ao ser emitida, dá ensejo a duas situações jurídicas distintas: a do emitente e a do tomador;
- c) quando dois ou mais cheques são apresentados simultaneamente, não havendo fundos suficientes para o pagamento, o sacado deve dar preferência aos de menores valores. Se coincidentes os valores, deve dar preferência aos emitidos na praça sacada;
- d) o protesto da duplicata pode ser feito, em qualquer caso, mediante simples indicações do credor, desde que apresentada obrigatoriamente a exibição do título em cartório.
- e) a lei do cheque fulmina com a ineficácia absoluta a inserção, no título, de qualquer menção contrária ao seu pagamento à vista.

26) Sobre franquia (franchising), todas as assertivas estão corretas, exceto:

- a) uma das modalidades existentes é a franquia de serviços, pela qual o franqueado reproduz e vende as prestações de serviços inventadas pelo franqueador;
- b) a forma de contratar é escrita, devendo o contrato ser assinado na presença de duas testemunhas, tendo validade independentemente de ser levado a registro perante Cartório;
- c) uma das características é a independência do franqueado, porquanto não há qualquer vínculo de subordinação entre franqueado e franqueador;
- d) as partes na franquia (franchising) são denominadas Franqueador (franchisee) e Franqueado (Franchisor);
- e) nenhuma das respostas anteriores.

PROCESSO CIVIL

27) Analise as proposições abaixo:

- 1) a decisão que indeferir *ex officio* a petição inicial poderá constituir-se em coisa julgada material;
- 2) a sentença que julga improcedente o pedido formulado pelo autor tem natureza meramente declaratória;
- 3) o dever de probidade não é só das partes, mas de seus procuradores e de todos aqueles que, de qualquer forma, intervém no processo;
- 4) o dever de dizer a verdade é exigido das partes e de seus procuradores;
- 5) em razão do caráter acessório e instrumental do processo cautelar, nele o juiz não pode conhecer e declarar a prescrição da pretensão que será deduzida no processo principal.

Assinale a alternativa correta:

- a) as proposições “1” e “2” são falsas;
- b) as proposições “1” e “3” são falsas;
- c) a proposição “4” é a única falsa;
- d) a proposição “5” é a única falsa;
- e) nenhuma das alternativas é verdadeira.

28) Quanto à ação rescisória. O que é possível afirmar?

- 1) todas as decisões transitadas em julgado ensejam a propositura de ação rescisória;
- 2) conquanto disciplinadas em lei, as hipóteses que ensejam a rescisão de sentença admitem ampliação mediante interpretação analógica ou extensiva;
- 3) instaura relação processual conexa àquela em que foi proferida a decisão rescindenda;
- 4) o processo simulado, a que se refere o art. 129 do CPC, não desafia ação rescisória;
- 5) o julgamento da ação rescisória leva sempre ao *judicium rescindens* (rescisão), mas não necessariamente ao *judicium rescissorium*;

Assinale a alternativa correta:

- a) as afirmações “4” e “5” são corretas;
- b) as afirmações “1” e “2” são corretas;
- c) a afirmação “5” é a única correta;
- d) as afirmações “3” e “1” são corretas;
- e) nenhuma das afirmações é correta.

29) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- a) além do efeito natural de obstar a formação de coisa julgada, os efeitos dos recursos são tradicionalmente divididos em devolutivo e suspensivo. Os recursos de natureza extraordinária não são dotados de efeito suspensivo, segundo o CPC. Pode-se, entretanto, ajuizar ação cautelar incidental com esse objetivo. Conforme jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, a competência para apreciar a ação cautelar, enquanto não tenha sido admitido o recurso, desde que interposto, é do STF, para que sua competência seja observada para o recurso extraordinário;
- b) a dualidade de Justiças – Estadual e Federal – e a necessidade de se manter a integridade da Federação e da legislação federal, fez com que, desde 1891, as Constituições brasileiras trouxessem a previsão do recurso extraordinário. A partir de 1988, a competência para apreciar as matérias relacionadas à legislação infraconstitucional passou a ser do Superior Tribunal de Justiça, através do recurso especial. Na modalidade retida, a interposição dos dois recursos deve ser simultânea, se a decisão recorrida tiver fundamento constitucional e infraconstitucional, sendo examinada primeiro, pela importância, a matéria constitucional, que pode ser prejudicial à análise da questão infraconstitucional, objeto do recurso especial.
- c) a apelação, além de devolver ao tribunal de segunda instância a matéria impugnada, autoriza o órgão julgador *ad quem* a, nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito em primeira instância, se a causa versar exclusivamente sobre questão de direito e estiver em condições de imediato julgamento, desde logo julgar o mérito da lide, sendo desnecessária a anulação da sentença e a determinação de retorno dos autos à primeira instância;
- d) os embargos de declaração são, segundo o CPC, espécie de recurso. Segundo a doutrina e a jurisprudência majoritárias, ao apreciá-los, ainda que seja dada vista à parte contrária, o julgador não pode modificar o julgado, porque, nos termos do CPC, a decisão proferida é irretratável;
- e) nenhuma das proposições é correta.

30) Sobre a liquidação e a execução, no Processo Civil, é certo afirmar:

- a) o juiz não pode, nas obrigações para entrega de coisa certa, utilizar-se do procedimento previsto nas ações que tenham por objeto o cumprimento de obrigações de fazer ou de não fazer, concedendo, por exemplo, antecipadamente, a tutela específica, e determinando a aplicação de multa diária pelo descumprimento;
- b) a liquidação de sentença pode ser feita, segundo o Código de Processo Civil, por arbitramento, por artigos ou por cálculo do próprio exequente quando a determinação do valor depender apenas de operação aritmética;
- c) é possível, em nome da efetividade e da celeridade processual, executar provisoriamente, mesmo antes do trânsito em julgado, sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações;
- d) constituem títulos executivo extrajudiciais, segundo o Código de Processo Civil, a letra de câmbio, nota promissória, a duplicata, a debênture, o cheque e contrato de abertura de crédito;
- e) nenhuma das alternativas acima é correta.

31) Sobre a competência e jurisdição, é certo afirmar:

- 1) são exemplos de competência internacional concorrente, as ações: quando o réu qualquer que seja a nacionalidade, seja domiciliado no Brasil; quando a obrigação tiver de ser cumprida no Brasil; e as ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- 2) em sendo a hipótese de competência internacional concorrente, o ajuizamento da ação idêntica em outro país não induz litispendência, entretanto, ocorrendo a coisa julgada, poderá a parte solicitar homologação da sentença, para que produza os seus efeitos no Brasil;
- 3) nas ações que versam sobre reparação de danos causada por acidente de trânsito, será competente o foro do local do fato ou do domicílio do réu;
- 4) a continência ocorre quando, havendo identidade de partes e de causa de pedir entre duas ou mais ações, o pedido de uma seja mais abrangente do que a outra;

Assinale a alternativa correta:

- a) as afirmações 2 e 4 estão corretas;
- b) as afirmações 1 e 3 estão corretas;
- c) as afirmações 1, 2 e 4 estão corretas;
- d) as afirmações 2, 3 e 4 estão corretas;
- e) as afirmações 1, 2 e 3 estão corretas.

32) Analise as proposições abaixo:

- 1) o Código de Processo Civil dispõe que aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá denunciar à lide o proprietário ou possuidor;
- 2) no caso de chamamento ao processo do devedor, de outros fiadores ou dos devedores solidários, a sentença que julgar procedente a ação, condenando os devedores, valerá como título executivo em favor do que satisfizer a dívida. Este poderá exigi-la do devedor principal ou de qualquer um dos co-devedores, por inteiro;
- 3) na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao adimplemento. Todavia, só poderá impor multa diária ao réu se houve pedido específico do autor, neste sentido.
- 4) na perícia complexa o juiz poderá designar mais de um perito para elaboração do laudo.

Assinale a alternativa correta:

- a) as afirmações “1” e “4” são corretas;
- b) apenas a afirmação “4” é correta;
- c) as afirmações “1” e “3” são corretas;
- d) todas as alternativas são incorretas;
- e) todas as alternativas são corretas.

33) Relativamente à capacidade de estar em juízo, reflita e responda:

- 1) na representação processual, o representante vem a juízo em nome do representado para a defesa de interesse daquele que vai figurar como parte no processo;
- 2) na assistência, o assistido pratica pessoalmente os atos no processo, na defesa de interesse próprio, dependendo participação do assistente para legitimar estes atos;
- 3) na substituição processual, alguém vem a juízo em nome próprio para defender direito alheio. Integra a relação de direito material controvertida, o substituído;
- 4) em processo, o menor de 18 anos e maior de 16 será assistido e o menor de 16 anos será representado.

Assinale a alternativa correta:

- a) todas as afirmações são verdadeiras;
- b) apenas a afirmação “4” é verdadeira;
- c) somente as afirmações “1” e “2” são verdadeiras;
- d) somente a afirmação da alínea “3” é verdadeira;
- e) nenhuma das afirmativas é verdadeira.

34) Assinale a alternativa correta:

- a) a existência de prova ilícita nos autos contamina toda a instrução, ainda que a decisão tenha se baseado noutra dela não decorrentes;
- b) se as demais provas decorrem do que antes fora levantado por via de prova ilícita, tem-se a contaminação daquelas, motivo pelo qual não subsistem;
- c) a apresentação de extratos bancários próprios é inservível como prova para demonstrar fato em relação a terceiro, como depósitos desse oriundos ou pagamento em seu favor, porque isso envolveria a quebra do sigilo bancário e caracteriza prova ilícita;
- d) a gravação de conversa telefônica por um dos interlocutores é considerada prova ilícita, se ocorrida à revelia do outro;
- e) toda as alternativas estão incorretas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

35) À luz da jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) a natureza da omissão suprida pelo julgamento dos embargos de declaração não pode ocasionar efeito modificativo na decisão embargada;
- b) o recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho, onde cabe, no prazo de oito dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária;
- c) o fato de o juízo primeiro de admissibilidade do recurso de revista entendê-lo cabível apenas quanto à parte das matérias veiculadas impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sendo própria a interposição de agravo de instrumento;
- d) nas hipóteses em que o Sindicato for autor da ação, na condição de substituto processual, não serão devidos os honorários advocatícios;
- e) nenhuma das alternativas é correta.

36) Da interpretação literal da legislação processual trabalhista decorre a conclusão inequívoca que constitui título executivo extrajudicial:

- 1) o termo de conciliação, regularmente formalizado, proveniente de comissão de conciliação prévia;
- 2) o termo de conciliação, assinado pelas partes e por duas testemunhas, devidamente homologado pelo juiz;
- 3) o termo de compromisso de ajuste de conduta firmado pelo empregador perante o Ministério Público do Trabalho, em inquérito civil público ou procedimento investigatório;
- 4) o termo de rescisão contratual, onde o empregador reconhece expressamente o direito quanto às parcelas trabalhistas correspondentes, constituindo prova escrita inequívoca do crédito.

Assinale a alternativa correta:

- a) as afirmações “1” e “2” são corretas;
- b) as afirmações “2” e “3” são corretas;
- c) as afirmações “3” e “4” são corretas;
- d) as afirmações “1” e “4” são corretas;
- e) as afirmações “1” e “3” são corretas.

37) Conforme o entendimento jurisprudencial prevalecente no TST, considere as alternativas abaixo:

- 1) a federação tem legitimidade para ajuizar ação de cumprimento prevista na CLT, art. 872 da CLT, parágrafo único, na qualidade de substituto processual da categoria profissional;
- 2) é suspeita a testemunha que está litigando ou teve litígio recente contra o mesmo empregador;
- 3) os débitos trabalhistas das entidades submetidas aos regimes de intervenção ou liquidação extrajudicial estão sujeitas à correção monetária desde o respectivo vencimento até seu efetivo pagamento, sem interrupção ou suspensão, não incidindo, entretanto, sobre tais débitos juros de mora;
- 4) a compensação de valores adiantados pelo empregador poderá ser argüida com a contestação, bem como em execução trabalhista, para evitar enriquecimento sem causa do empregado.

Assinale a alternativa correta:

- a) a afirmação “4” é a única correta;
- b) somente a afirmação “1” é correta;
- c) as afirmações “2” e “3” são corretas;
- d) somente a afirmação “3” é correta;
- e) todas as afirmações são incorretas.

38) Analise as proposições abaixo:

- 1) é cabível a impetração de mandado de segurança contra ato judicial que, *ex officio*, arbitra novo valor da causa, acarretando a majoração das custas processuais, por inexistir recurso específico contra o ato;
- 2) a alçada é fixada pelo valor atribuído à causa pelo reclamante na data do ajuizamento, não havendo impugnação oportuna pelo reclamado, será inalterável no curso do processo;
- 3) se o juiz rejeitar a impugnação ao valor da causa, o prejudicado somente poderá reiterar o pedido de revisão desta decisão, em sede de preliminar de recurso ordinário, ante a irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias, no processo do trabalho;
- 4) atribuir valor à causa é irrelevante no processo do trabalho, porquanto sequer consta como requisito da petição inicial, no § 1º do art. 840 da CLT.

Assinale a alternativa correta:

- a) todas as afirmações estão corretas;
- b) a afirmação “3” é única correta;
- c) a afirmação “2” é única correta;
- d) as afirmações “3” e “4” são corretas;
- e) nenhuma das afirmações é correta.

39) Analise as proposições abaixo:

- 1) havendo na localidade Comissão de Conciliação Prévia, a lei processual trabalhista condiciona o ingresso em juízo ao prévio exaurimento da via administrativa;
- 2) a dedução de pretensão perante a Comissão de Conciliação Prévia não interrompe, nem suspende o prazo prescricional, já que não se trata de órgão judicial;
- 3) a transação ou o acordo homologado pela Comissão de Conciliação Prévia configura ato jurídico perfeito, sendo irrecorrível é igualmente insusceptível de impugnação perante a Justiça do Trabalho;
- 4) havendo Comissão de Conciliação Prévia na sede da empresa na Capital do Estado, os empregados que lhe prestam serviços em cidades do interior, nestas residentes, deverão submeter a pretensão à referida Comissão, antes de ingressar na Vara do Trabalho, da localidade da prestação dos serviços.

Assinale a alternativa correta:

- a) todas as afirmações são corretas;
- b) as afirmações “2” e “3” são corretas;
- c) as afirmações “3” e “4” são corretas;
- d) a afirmação “1” é a única correta;
- e) nenhuma das afirmações é correta.

40) Analise as proposições abaixo:

- 1) a reclamação trabalhista pode ser apresentada pelo empregado e empregador ou seus representantes; pelo sindicato de classe ou por intermédio das Procuradorias Regionais da Justiça do Trabalho; ou curador nomeado pelo Juiz do Trabalho;
- 2) se, por doença ou motivo ponderoso comprovado, for impossível o empregado comparecer pessoalmente à audiência, havendo advogado constituído, só poderá fazer-se representar por empregado da mesma empresa, ou pelo sindicato de classe, para evitar o arquivamento da reclamação;
- 3) aos profissionais da advocacia será sempre vedado representar o seu empregador na audiência, na condição de preposto, ainda que tenha conhecimento dos fatos da causa;
- 4) proposta a reclamação trabalhista, a notificação em registro postal com franquia só será válida se o reclamado residir na área de jurisdição da vara do trabalho, caso contrário será indispensável que se faça via carta precatória.

Assinale a alternativa correta:

- a) as afirmações “1” e “2” são corretas;
- b) as afirmações “1” e “3” são corretas;
- c) as afirmações “2” e “4” são corretas;
- d) a afirmação “1” é a única correta;
- e) nenhuma das afirmações é correta.

41) Analise as proposições abaixo relativamente à liquidação da sentença trabalhista:

- 1) se dará por cálculos, se a apuração do valor da condenação depender tão-somente de operações aritméticas; por arbitramento se a sentença determinar, ou por convenção das partes ou exigir a natureza do objeto da liquidação; por artigos, se o juiz entender que há necessidade de produzir melhor prova das circunstâncias analisadas na fase de conhecimento;
- 2) além do crédito do reclamante, abrange os cálculos das contribuições previdenciárias e fiscais devidas, com a intimação do INSS e da Receita Federal para manifestação no prazo de 30 dias, sob pena de preclusão;
- 3) pode dar-se por cálculos, arbitramento ou artigos de liquidação, para tornar o título líquido certo e exigível, não sendo possível discutir a matéria pertinente à causa principal;
- 4) pode se dar por cálculos, arbitramento ou artigos de liquidação, para tornar o título líquido certo e exigível, em qualquer caso, serão as partes previamente intimadas para demonstrar os valores devidos, inclusive da contribuição previdência e fiscal, podendo o juiz abrir prazo sucessivo de dez dias para impugnação.

Assinale a alternativa correta:

- a) nenhuma das afirmações é correta;
- b) as afirmações “1” e “2” são corretas;
- c) as afirmações “2” e “3” são corretas;
- d) a afirmação “3” é a única correta;
- e) as afirmações se completam, por isso todas são corretas.

42) A penhora de bens dos sócios e de ex-sócios poderá ser determinada:

- 1) ainda que sejam localizados bens da sociedade, estes se revelarem de difícil alienação;
- 2) a sociedade não tiver bens suficientes para garantir a execução e os sócios atuais e os que alienaram as quotas da sociedade tenham participado da relação jurídico processual;
- 3) a sociedade não tiver bens suficientes para garantir a execução e houver abuso ou fraude na alienação das cotas da sociedade, sendo irrelevante tenham os ex-sócios participado da relação processual;
- 4) não tenham os sócios demandados nomeados bens da sociedade situados na jurisdição da vara do trabalho, livres e desembaraçados que seja suficientes para garantir a execução.

Assinale a alternativa correta:

- a) todas as afirmações são verdadeiras;
- b) as afirmações “1” e “4” são verdadeiras;
- c) apenas a afirmação “2” é verdadeira;
- d) apenas a afirmação “3” é verdadeira;
- e) nenhuma das afirmações é verdadeira.

43) Analise as proposições abaixo:

- 1) na hipótese de ação civil pública ajuizada na defesa de direitos ou interesses coletivos, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe;
- 2) as ações civis públicas não induzem à litispendência em relação às reclamações trabalhistas, ainda que haja identidade de causa de pedir, pedido e réu, quando o reclamante seja um dos beneficiários da ação civil pública.
- 3) considerando a jurisprudência consolidada no TST, na hipótese em que a lesão tenha ocorrido apenas na área de jurisdição de um tribunal regional do trabalho, mas a empresa ré seja de âmbito nacional, a competência para julgar a ação civil pública caberá a uma das varas do trabalho do Distrito Federal.
- 4) tendo por fundamento as reiteradas decisões do C. TST, a competência para julgar a ação civil pública, em que o dano ocorreu nos Estados de Mato Grosso e Goiás, será de uma das varas do trabalho das capitais dos respectivos Estados.

Assinale a alternativa correta:

- a) todas as afirmações são corretas;
- b) apenas a afirmação “2” é correta;
- c) as afirmações “2” e “3” são corretas;
- d) as afirmações “3” e “4” são corretas;
- e) nenhuma das afirmações é correta.

44) No processo do trabalho, conforme a jurisprudência do TST, quanto à prescrição de direitos patrimoniais disponíveis, podemos afirmar:

- 1) depende de argüição da parte na instância ordinária, admitindo-se que o faça pela primeira vez, depois de encerrada a instrução processual, por ocasião das razões finais, ou quando da interposição do recurso ordinário;
- 2) sob pena de não se conhecer, deverá ser argüida na contestação;
- 3) pode ser argüida pela primeira vez diretamente perante o Tribunal Regional do Trabalho, por ocasião da sustentação oral, em julgamento de recurso ordinário;
- 4) considerando as hipóteses de cabimento de recurso de revista, pode ser argüida quando da interposição deste recurso, ainda que não se tenha levantado a prejudicial de mérito anteriormente.

Assinale a alternativa correta:

- a) as afirmações “1” e “2” são corretas;
- b) as afirmações “2” e “3” são corretas;
- c) as afirmações “1” e “4” são corretas;
- d) a afirmação “1” é a única correta;
- e) nenhuma das afirmações é correta.

45) Analise as proposições abaixo, em seguida assinale a alternativa correta:

- a) as audiências na Justiça do Trabalho podem realizar-se fora da cidade sede da Vara, desde que no território da respectiva jurisdição do órgão de primeiro grau, mediante edital fixado na sede do juízo, com antecedência mínima de três dias;
- b) o comparecimento ao fórum do juiz titular da vara, depois de vinte minutos da hora marcada para a audiência, tendo o reclamante se retirado do local, ainda que haja registro do fato, enseja arquivamento da reclamação;
- c) o comparecimento à audiência do advogado que costumeiramente assiste determina empresa, desacompanhado do preposto, mas, portando, procuração da reclamada, contestação escrita acompanhada de documentos. Neste quadro, conforme jurisprudência do TST, o juiz não decretará a revelia;
- d) sendo decretada revelia da empresa, ainda que haja pedido adicional de periculosidade, o juiz indefere a produção de provas e encerra a instrução processual;
- e) nenhuma das proposições acima é correta.

DIREITO CIVIL

46) Sobre vícios de consentimento, assinale a correta:

- a) constituem vícios de vontade o erro, o dolo e a coação, sendo chamados vícios sociais a fraude e a simulação;
- b) o estado de perigo, a princípio aplicado por força da doutrina e da jurisprudência, foi normatizado pelo novo Código Civil sendo identificado pela assunção de prestação manifestamente onerosa decorrente de premente necessidade ou inexperiência;
- c) nos contratos de execução imediata, uma vez anulado o negócio jurídico as partes, a rigor, deverão retornar ao *status quo ante*;
- d) a coação física (*vis compulsiva*) constitui motivo de nulidade absoluta;
- e) o dolo do representante convencional obriga o representado a responder civilmente somente até a importância do proveito que teve.

47) Dentre as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I – são capazes para os atos da vida civil os empresários com 16 anos completos que, em razão da atividade econômica, obtenham economia própria;
- II – são taxativos os direitos de personalidade elencados no Código Civil em complemento com aqueles previstos no art. 5º., X, da Constituição Federal;
- III – cabe tutela inibitória contra ato ou situação que se encontra na iminência de violar direito de privacidade da pessoa física;
- IV – pela jurisprudência dominante do STJ a pessoa jurídica pode ser indenizada contra atos que ofendam o dano moral, contudo apenas aqueles que afetem a honra do tipo objetiva;

- a) apenas II está incorreta;
- b) apenas IV está incorreta;
- c) apenas II e IV estão incorretas;
- d) apenas I e II estão incorretas;
- e) apenas I, II e III estão incorretas;

48) Dentre as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I – o novo Código Civil assegura expressamente o princípio da separação patrimonial ao declarar que as pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros;
- II – o desvio de finalidade e a confusão patrimonial caracterizam abuso da personalidade jurídica, podendo o juiz, nessa circunstância, autorizar a execução dos bens particulares dos administradores ou dos sócios da pessoa jurídica;
- III – o novo Código Civil substituiu o sujeito da atividade econômica da figura do comerciante pela do empresário, retirando a relação jurídica da ótica individualista para enquadrá-la numa relação entre indivíduo e sociedade em face da automática atração do art. 170 e seguintes da Constituição Federal;
- IV – nos termos do novo Código Civil, os sócios respondem de forma solidária e ilimitada pelas obrigações sociais;

- a) apenas II e III estão corretas;
- b) apenas II e IV estão corretas;
- c) apenas I, II e IV estão corretas;
- d) apenas II, III e IV estão corretas;
- e) apenas I, II e III estão incorretas;

49) Sobre o instituto da Responsabilidade Civil, assinale a correta:

- a) o princípio da *restitutio in integrum* já se encontrava expressamente previsto no Código Civil de 1916 e assim permaneceu no atual Código Civil de 2002;
- b) ao contrário do Código Civil anterior, no atual os graus de culpa (grave, leve e levíssima) e a concorrência de culpa pela vítima são decisivos para o juiz fixar o valor da indenização;
- c) o abuso de direito foi regulamentado pelo novo Código, constituindo-se em um limite ao exercício de direito subjetivo não sendo, contudo, tipificado como ato ilícito reparável;
- d) a responsabilidade civil independe da criminal, exceto no que tange a existência do fato, autoria e grau de culpa;
- e) nas obrigações pagas em dinheiro, a indenização abrange correção monetária por índices oficiais, juros, custas e honorários advocatícios, não sendo lícito ao juiz extrapolar tais elementos, ainda que em caráter suplementar;

50) Dentre as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I – pode-se dizer que, via de regra, as prestações de serviço se submetem ao regime da CLT, vez que as normas do Código Civil referentes ao capítulo “Prestação de Serviço” aplicam-se, por força de expressa diretriz, de forma sucessiva, o que significa que elas valem apenas nas hipóteses em que o trabalho prestado não se sujeite à legislação trabalhista ou lei especial;

II – a transação só é válida quando incidente sobre direitos patrimoniais de caráter privado, interpretando-se de forma restritiva; por ela se declaram, reconhecem ou se transmitem direitos;

III – a aceitação do mandato pode ser tácita e resulta do começo da execução, sendo, contudo, ineficazes os atos exercidos em relação ao mandante, salvo se houver posterior ratificação expressa;

IV – a cópia fotográfica de documento, conferida por tabelião de notas, valerá como prova de declaração da vontade, contudo, impugnada sua autenticidade, deverá ser exibido o original;

- a) apenas II está incorreta;
- b) apenas III e IV estão incorretas;
- c) todas estão corretas;
- d) apenas II e III estão incorretas;
- e) apenas I e III estão incorretas;